

RELATÓRIO EXECUTIVO INSTITUCIONAL



2024

EQUIPE

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenadora Executiva: Vera Olinda Sena de Paiva

SETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Gerente Financeira: Eudenice Pinheiro Ferreira

Gerente Administrativa: Nelcilene Costa de Araujo

Assistente Administrativa: Adriele Alves dos Santos

Estagiária: Erika Samarra Brasil Manchineri

COMUNICAÇÃO

Assessora de Comunicação: Leilane Leal Marinho

Assistente de Comunicação: Ila Caira Verus

Magalhães

PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Coordenadora: Julieta Matos Freschi

Equipe de Assessoria Técnica: Agda Araujo

Sardinha Pinto, Felipe Nascimento Araújo, Leandro

Rodrigues da Cunha Correa

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ARTICULAÇÃO REGIONAL

Coordenadora: Aldalucia F. Carvalho

Equipe de Assessoria Técnica: Maria Luiza Pinedo

Ochoa e Gleyson de Araujo Teixeira

Consultor: Terri Vale de Aquino

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Coordenadora: Branca Maria Opazo Medina

Assessores Técnicos: José Frank de Melo Silva e

Davi Polari

Estagiária: Raiene Almada de Sousa

CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA

Técnicos Agroflorestais: Francisco do Nascimento

Belo e Gabriel Leite Lima

Assistente: Djalma Rocha, Silvia de Souza

Figueiredo e Mairon da Silva Feitoza

BOLSISTA

CDPI- Poliana da Silva Sousa

Comunicação - Samsara Nukini

CONSULTORES INDÍGENAS

Josias Pereira Kaxinawa – TI Kaxinawá do Rio Jordão
Vanderlon Pinheiro Damião Kaxinawa - TI Kaxinawá do Rio Jordão

Rocildo Barbosa Melo Kaxinawa - TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

Lucas Artur Brasil Manchineri – TI Mamoadate

Jurandir Lorival Jaminawa – TI Mamoadate

Geniel Fernandes Kaxinawa - TI Katukina/Kaxinawá

Fernandes Henrique Kaxinawa – TI Kaxinawa/

Ashaninka do Rio Breu

Amiraldo Sereno Kaxinawa – TI Kaxinawá da Praia do Carapanã

Manoel Jocenir de Paula Saboia – TI Kaxinawá do Rio Humaitá

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Ingrid Weber

Vice-Presidente: Joaquim Paulo de Lima Maná

Mara Vanessa Fonseca

Renato Antonio Gavazzi

CONSELHO FISCAL

Marcos de Almeida Matos

Magaly da Fonseca Medeiros

Maria Emília Coelho

ORGANIZAÇÕES E COLETIVOS INDÍGENAS PARCEIROS

Associação Arara do Rio Amônia
Coletivo de Mulheres Aldeia Novo Destino (TI Arara do Rio Amônia)
Associação Sociocultural Yawanawa – ASCY
Associação Apiwtxa
Associação Kaxinawá do Rio Breu - AKARIB
Coletivo de Mulheres Huni Kuĩ (TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu aldeias Vida Nova e Cruzeirinho)
Associação do Povo Indígena Jaminawa-Arara do Rio Bagé - AJARB
Coletivo de Mulheres da Aldeia São Sebastião (TI Rio Bagé)
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá - APAIH
Associação do Povo Indígena Inu Kuĩ, Vaka Visu - AIVV
Coletivo Nawa
Organização Geral do Povo Noke Ko'í - AGPN
Associação Huni Kuĩ Raya - RAYA
Associação Huni Kuĩ do Alto Jordão - AHAI
Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda - ASPAKNO
Associação do Povo Ashaninka do Alto Rio Envira - ASPARE
Organização dos Povos Indígenas Huni Kuĩ do Alto Rio Purus - OPIHARP
Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene - MAPPHA
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ
Federação do Povo Huni Kuĩ do Acre - FEPHAC
Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE
Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá - APROKAP
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira – OPIRE
Associação Nukū Beya Inū Mae Ruawabaina Huni Kuĩ da Praia do Carapanã - BEYA
Rede de Comunicadores Indígenas do Acre

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Comitê Chico Mendes
SOS Amazônia
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
Instituto Catitu
Universidade Federal do Acre (UFAC) - Curso de Jornalismo
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Universidade de Richmond
WWF-Brasil
Batalhão de Policiamento Ambiental do Acre
Associação das Comunidades Indígenas para o Desenvolvimento Integral de Yurúa Yono Sharakoiai (ACONADIYSH)
Federación Nativa de Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD)
Asociación Ambiental de la Comunidad Asheninka Pocharipankoky Pikiyaco - Yurua (AACAPPY)
Organizacion Regional AIDSESEP Ucayali (ORAU)
Asociación de Conservacion Comunal Yuruá (ACCY)
Federación de las das Comunidades Nativas del Purús (FECONAPU)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. GESTÃO INSTITUCIONAL	12
2. COMUNICAÇÃO	20
3. PROTEÇÃO TERRITORIAL	26
4. FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS	32
5. SEGURANÇA ALIMENTAR	38
6. GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADA	44
7. CLIMA	48
8. INCIDÊNCIA POLÍTICA	52
9. FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS	58

LISTA DE SIGLAS

AAFI – Agente Agroflorestal Indígena
ACP – Ação Civil Pública
CATRAPOACRE - Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Acre
CEVA – Comissão de Validação e Acompanhamento
CFPF – Centro de Formação dos Povos da Floresta
CPI-Acre – Comissão Pró-Indígenas do Acre
CTI – Câmara Temática Indígena
CTM – Câmara Temática Mulheres
CT – Comissão Transfronteiriça
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MPF – Ministério Público Federal
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
Resex – Reserva Extrativista
SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SEAGRI - Secretária de Estado de Agricultura
SISA – Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
VAC – Ação Climática Justa
WWF-Brasil – Fundo Mundial para a Natureza



Profº Drº Joaquim
Maná, no Centro de
Documentação e
Pesquisa Indígena
(foto: Ila Verus)

APRESENTAÇÃO



Shane Rafael Huni Kuĩ,
comunicador indígena,
no alojamento do CFPE.
(foto: Ila Verus)

Em 2024 celebramos os 45 anos da CPI-Acre! Uma vida cheia de histórias e aprendizagens em que cada vez mais estamos ao lado dos povos indígenas, consolidando parcerias, alianças, respeito e admiração. É gratificante fechar o ano e comemorar com algumas inovações que direcionam caminhos e reafirmam a missão institucional. É o caso da criação da Bolsa Mulher AAFI e também da firme manutenção de princípios da fundação da CPI-Acre, como o da Autoria Indígena – um legado indispensável para fortalecer as ações, lutas e conquistas dos povos indígenas no Acre.

Mas o ano foi também de enfrentamento as ameaças, como a mobilização constante contra o Marco Temporal. Uma artimanha contra os direitos territoriais que ultraja a Constituição Federal e que traz prejuízos enormes para o planeta, porque afetam diretamente o combate às mudanças climáticas. Respeitar e manter os direitos territoriais indígenas está relacionado com a contribuição desses povos para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas. O debate, a informação e as estratégias pelos direitos territoriais foram transversais nas atividades de fortalecimento das organizações indígenas e no acompanhamento das políticas públicas.

O fortalecimento das mulheres indígenas cresceu e foi maior a participação delas nas atividades. Samsara Nukini, jovem comunicadora, liderou importantes reuniões de articulação e foi ampliado para nove o número de comunicadoras indígenas participando da

formação. Realizamos o segundo módulo da formação em Gestão Financeira e Gênero, organizando a cadeia do artesanato. Pela primeira vez, tivemos cinco mulheres indígenas AAFI, no XXIV Curso de Formação de AFFIs.

Na segurança alimentar, priorizamos e acompanhamos de perto as mulheres indígenas nos seus quintais produtivos e na criação de galinhas. As atividades de proteção territorial também contou com mais mulheres no monitoramento territorial, assim como ampliou nas associações indígenas mulheres atuantes e em cargos de liderança.

Destaca-se também passos importantes que os indígenas e extrativistas deram na construção da gestão territorial integrada. Para nós, essa aliança representa novos formatos de colaboração efetiva entre os comunitários da Reservas Extrativistas Alto Tarauacá e Juruá e os povos indígenas.

Há, contudo, desafios que permanecem e que estão apresentados no Relatório, entre os quais citamos: o fortalecimento da governança territorial, ações e programas adequados para o público mais jovem, o acesso à água potável e o fomento à produção de alimentos saudáveis também gerando renda.

Este Relatório Institucional de 2024 é dirigido aos/as conselheiros/as, associados/as, indígenas parceiros e apoiadores. Como temos afirmado, o Relatório é não somente para registrar atividades realizadas, mas para facilitar uma comunicação em que possamos ter retorno e que vocês possam continuar nos aconselhando e orientando.

Vera Olinda Sena de Paiva
Coordenadora Executiva



MISSÃO INSTITUCIONAL

Apoiar os povos indígenas que vivem no Acre em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos – territoriais, ambientais, linguísticos, socioculturais – por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas

VISÃO DE IMPACTO 2026

CPI-Acre se fortalece institucionalmente e amplia suas contribuições à gestão e proteção territorial e ambiental integrada, fortalecendo a organização e articulação dos povos indígenas em aliança com os povos da floresta para a garantia de políticas e direitos indígenas e o avanço da equidade de gênero.

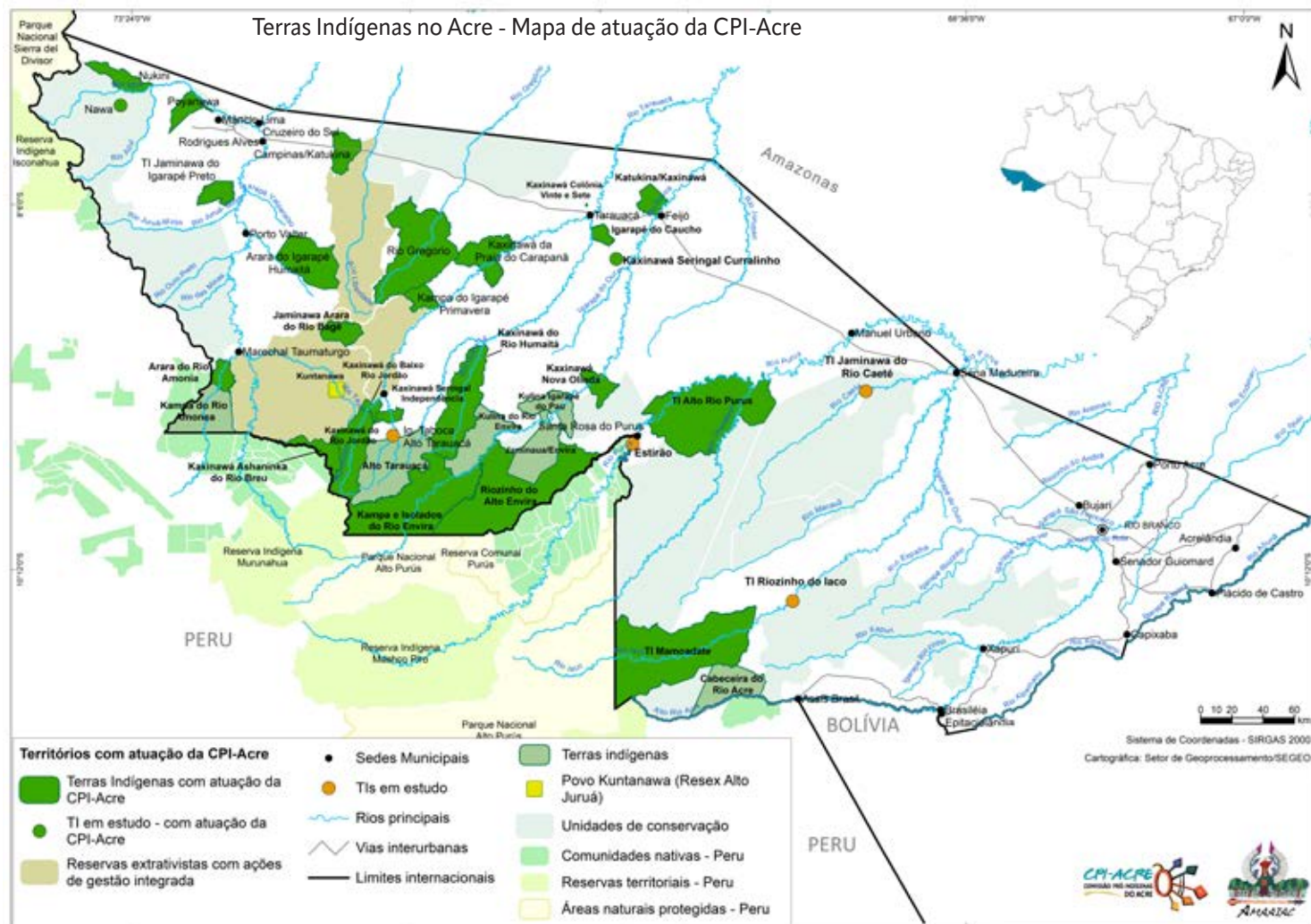
Para a realização dessa visão, foram definidos cinco Eixos Estratégicos que são os principais direcionadores do trabalho da CPI-Acre. Eixos estratégicos prioritários para o ciclo 2023-2026:

Gestão e Proteção Territorial e Ambiental Integrada
Gênero, Mulheres e Jovens
Centro de Formação dos Povos da Floresta
Direitos, Políticas e Clima
Fortalecimento Institucional da CPI-Acre

ATUAÇÃO

POVOS INDÍGENAS: Huni Kuĩ (Kaxinawa); Ashaninka; Yawanawa; Puyanana; Noke Ko'í (Katukina); Nukini; Nawa; Manxineru; Jaminawa Arara; Jaminawa; Shanenawa; Shawãdawa e Apolima Arara.

Terras Indígenas no Acre - Mapa de atuação da CPI-Acre



1

GESTÃO INSTITUCIONAL

Centro de Formação dos Povos
da Floresta (foto: Ila Verus)

Sendo a gestão institucional uma área que orienta e acompanha a atuação geral da CPI-Acre, as bases para realizar a gestão no ano são a missão institucional, as decisões da Assembleia Geral, os procedimentos internos estabelecidos nos documentos institucionais (Estatuto Social, Planejamento Estratégico, Regimento Interno, Procedimentos para Aquisições, protocolos etc) e o marco jurídico que protege associação civil (natureza jurídica da CPI-Acre).

O Setor Administrativo Financeiro é o que abriga a gestão institucional. Este, além de atuar na execução financeira dos projetos, orçamentos, prestação de contas, pagamentos, recursos humanos, apoio à contabilidade e auditoria, a equipe do Setor Administrativo Financeiro é responsável pela organização do espaço durante os eventos realizados no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), abrangendo toda a logística de deslocamento dos indígenas das TI até o CFPF e retorno, e acompanha o funcionamento da atividade/evento em parceria com a equipe do CFPF (aquisição de alimentos, reparos e na infraestrutura nos eventos, transporte, limpeza etc).

Destaca-se na realização da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de dezembro no CFPF, a votação de novos conselheiros para os Conselhos Diretor e Fiscal e discutidos desafios particularmente do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e da ação indigenista no Acre.

Entre os principais impactos gerados pela área de gestão institucional está o fortalecimento da governança, lideradas por cinco mulheres ocupando cargos de coordenadoras e gerentes, o fluxo de comunicação interna, gerando maior sinergia e integração entre as diferentes áreas, setores e programas, o avanço nos prazos do fechamento mensal da contabilidade e a melhoria nas instalações e acomodações do CFPF.

Entre os desafios, está a necessidade de melhorar, ano a ano, o monitoramento da execução dos prazos para entregas e produtos dos projetos, ampliar a captação de recursos (permanente) e investir na criação de uma área de gestão administrativa financeira para o CFPF.

Números



30 REUNIÕES GERAIS DE EQUIPE



36 REUNIÕES DE COORDENAÇÃO E GERÊNCIAS



8 REUNIÕES COM DOADORES E ADVOGADO

17 CURSOS, REUNIÕES E OFICINAS PROMOVIDOS PELA CPI-ACRE NO CFPF



7 EVENTOS PROMOVIDOS POR INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NO CFPF



1 OFICINA PARA CONSTRUIR O POA 2024 -1



1 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



2 OBRAS (ALOJAMENTOS) CONCLUÍDAS NO CFPF- CASA DAS MULHERES E POUSADA DA EQUIPE



1 NOVA OBRA (ALMOXARIFADO)



1 REGULARIZADOS A NOVA ÁREA DE 3,5 HA ANEXADA AO CFPF



1 NOVO PORTFÓLIO INSTITUCIONAL



3 NOVOS PROJETOS ELABORADOS E APROVADOS



11 PROJETOS EXECUTADOS



Centro de Formação dos Povos da Floresta (fotos: Ila Verus)



Em 2024, ocorreram 7 eventos no CFPF promovidos por instituições parceiras (fotos: Ila Verus)

1.1 CAPTAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA

No quadro abaixo, os projetos não representam continuidade automática. Foram elaborados novos projetos, inclusive com alteração de valor orçamentário.

Projetos em execução e/ou executados

Projeto	Doadores	Valor do Projeto	Programa/Setor	Vigência
Gestão Sustentável e Proteção Territorial no Acre Indígena	Rainforest Foundation Norway – RFN	R\$ 1.940.104,00	PPAR, PGTA, SEGEO	01/01/2023 a 31/12/2027
Aliança entre Indígenas e Extrativistas pelas Florestas no Acre - Consócio CPI-Acre, Instituto Catitu e SOS Amazônia	Rainforest Foundation Norway - RFN	R\$1.275.005,39	PGTA, PPAR, SEGEO e Coordenação Executiva	
Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas para a Gestão Territorial e Ambiental no Acre.	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI)	R\$ 59.446,00	PGTA	18/12/2018 a 18/12/2023
Segurança Alimentar e Biodiversidade e Artes em Terras Indígenas no Acre	Doações de terceiros	R\$ 566.888,60	PGTA, PPAR e SEGEO	25/02/2022 a 15/12/2024
Segurança Alimentar e Ambiental em Comunidades da Fronteira do Acre/Ucayali	Manos Unidas	R\$ 313.333,0	PGTA e PPAR	25/02/2022 a 15/12/2024
Proteção Povos Indígenas e Tradicionais no Brasil	WWF – Brasil – Bengo	R\$ 203.760,00	SEGEO	14/08/2023 a 14/08/2024
Engajamento	WWF-Brasil – Bengo	R\$ 41.481,00	Comunicação	21/02/2022 a 30/11/2024
Consolidação e validação do protocolo de segurança em comunidades das Terras indígenas Alto Rio Purus, Mamoadate, Katukina/Kaxinawa, Nawa, Poyanawa e Kaxinawa do Rio Humaitá	Contrato de Parceria Técnico Financeira CPT Nº 0003915 -WWF-Brasil – Bengo	R\$ 56.121,00	SEGEO	20/03/2023 a 31/05/2024

Projeto	Doadores	Valor do Projeto	Programa/Setor	Vigência
Proteção Povos Indígenas e Tradicionais no Brasil - 3FM	Contrato de Parceria Técnico Financeira CPT N° 3024/2022-WWF-Brasil	R\$ 78.056,13	R\$ 78.056,13	01/09/2024 a 31/01/2025
Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões.	Fundação Amazônia Sustentável - FAS	R\$ 67.207,00	PPAR	01/06/2022 a 01/10/2024
Planejamento, organização e ação devolutiva ao povo Huni Kuĩ	Contrato Administrativo N° 07/2023 – IPHAN	R\$ 43.050,00	PPAR	22/12/2023 a 19/06/2024
Outras receitas (doações e locações do CFPPF)		R\$ 230.924,27		
Total		R\$ 4.875.376,39		

1.2 MEDIAÇÃO DE OFICINAS

Nome	Data	Mediação	Objetivo	Participantes
2º módulo da Oficina de Mulheres Indígenas, Gênero e Fortalecimento Institucional	24/06/2024 a 29/06/2024	Fátima Silva e Nelcilene Costa	Fortalecer a participação e protagonismo de mulheres nas organizações indígenas, acessar conhecimentos sobre gênero e direitos humanos, associativismo/cooperativismo e gestão administrativa e financeira.	10 mulheres de 6 Tis.



Oficina de Mulheres Indígenas, Gênero e Fortalecimento Institucional (foto: Ila Verus)

Equipe de coordenadores e assessores da CPI-Acre.



Reunião com Conselho Fiscal para apresentação do Relatório de Auditoria



Assembleia Geral Anual no
CFPF (foto: Ila Verus)

2 COMUNICAÇÃO



Oficina de cinema no CFPF (foto:lla Verus)

“Eu vou falar um pouco da importância da comunicação aqui dentro do nosso território. Um dos avanços é que a gente consegue divulgar o que a gente realmente está necessitando, o que está passando aqui na terra indígena, as dificuldades que estamos enfrentando na parte da educação, da saúde e do alimento básico.

A comunicação atinge tudo isso, para a gente levar essa mensagem para as redes nacionais e internacionais também, para que todos possam ver. Buscamos aumentar nosso espaço nas redes sociais, e com isso a garantia do nosso direito de uma terra livre, de uma educação boa, garantir o nosso direito de uma vida de qualidade, porque a gente tem esse direito, então a gente vai correr atrás, faz denúncia, leva a mensagem para o Ministério Público também. Vamos trabalhando nessa evolução, é o nosso destino como comunicador indígena, fortalecer também a parte da cultura, fortalecer a língua, a tradição, a espiritualidade, tudo isso parte do movimento da comunicação.

A comunicação está em tudo, então só agradeço a Comissão Pró- Indígenas do Acre, por ter dado essa oportunidade para a gente estar contribuindo com esse tipo de força. E é assim, a comunicação para dentro do território, ela está buscando alternativa para resolver os problemas que estão ocorrendo”.

Shane Rafael Huni Kuĩ – comunicador da Rede de Comunicadores Indígenas do Acre

A Comunicação tem por finalidade informar as sociedades, indígenas e não indígenas, e ampliar a visibilidade das ações da CPI-Acre e do movimento indígena. É pensada como um instrumento de articulação e mobilização política com vistas a incidir sobre as políticas públicas (advocacy) e aumentar o alcance das organizações e comunidades indígenas.

Em 2024, celebramos os 45 anos da CPI-Acre com um pacote de peças de comunicação, com destaque para a logo comemorativa que foi incluída em um banner para o e-mail institucional, além de vídeos e posts rememorando as pessoas que ajudaram e ajudam a construir o que a instituição é hoje.

Nos últimos anos, houve investimento na produção de podcasts e em programas de rádio com veiculação local, atingindo também a população não indígena que vive nos municípios e nas áreas de conservação como as Reservas Extrativistas (RESEX) que ficam no entorno das TIs. Com isso, conseguimos ampliar o alcance nas nossas mensagens e fazer chegar, especialmente nas aldeias, informações relevantes para

o movimento indígena. Estes produtos foram realizados junto com a Rede de Comunicadores Indígenas do Acre (RCIA/AC), que aumentou sua atuação e participação. Com apoio da CPI-Acre, foram publicados na página do Instagram da RCIA cerca de 90 conteúdos (post de cards, vídeos e fotos).

Destacamos a produção do podcast Vozes da Floresta: o 3º episódio teve o tema “ATL 2024 – Nosso Marco é ancestral, sempre estivemos aqui”, publicado no dia 19 de abril. Os comunicadores também produziram conteúdos sobre a crise climática, documentando os impactos nas comunidades indígenas. Em parceria com o Comitê Chico Mendes, reunimos juventudes extrativistas e indígenas em ações em rede para a produção de conteúdos colaborativos.

É necessário, ainda, expandir para outros povos e Terras Indígenas a Formação de Comunicadores Indígenas e valorizar, por meio de incentivos como bolsas para produção de conteúdo, os jovens comunicadores atuantes. Um desafio que persiste é incluir no trabalho da CPI-Acre a educação midiática diferenciada, pensando na ampliação do uso da internet nas aldeias, no combate a desinformação e no uso responsável das mídias sociais.



Oficina de Comunicadores Indígenas promovida em parceria com o curso de jornalismo da UFAC (foto: Ila Verus)

Números



**PRODUÇÃO
DE CONTEÚDO**

18 matérias no
site da CPI-Acre

205 (vídeos e cards) posts nas redes
sociais Instagram e Facebook



**NOTAS E
CARTAS**

5 manifestações
públicas



PODCAST

3 episódios do podcast Vozes da
Floresta, distribuídos nas rádios locais
Juruá FM, Verdes Florestas, Difusora
Acreana e disponível no Spotify



**FORMAÇÃO DE JOVENS
COMUNICADORES
INDÍGENAS**

1 oficina para jovens
comunicadores
indígenas no CFPF

10 comunicadores indígenas participando
da oficina de cinema "Criação
Audiovisual – Da ideia ao projeto",
realizada pela Uranium Filmes em
parceria com a CPI-Acre

4 comunicadores indígenas
apoiados para participar
do encontro do Projeto
Vozes pela Ação Climática,
promovido pelo Comitê
Chico Mendes

17 comunicadoras e comunicadores
indígenas em formação, de 5 povos
(Manxineru, Huni Kuĩ, Shanenawa,
Nukini e Apurinã) e 5 terras indígenas: TI
Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, TI Kaxinawá
da Praia do Carapanã, TI Mamoadate, TI
Nukini e TI Katukina/Kaxinawá

9 mulheres indígenas
participam da formação

1 mulher comunicadora indígena
é bolsista na CPI-Acre



**INSERÇÕES NA
IMPRENSA**

22 inserções da CPI-Acre em veículos
da imprensa on-line e na TV



Cards produzidos para divulgação das atividades e publicações nas redes sociais



- Maior engajamento das redes sociais da CPI-Acre nos perfis institucionais, com uma média de 20 mil visualizações por mês;
- Aumento na produção de pequenos vídeos, sendo 58 vídeos produzidos para as redes sociais e whatsapp;
- Produção de informações qualificadas sobre os impactos da crise climáticas nas terras indígenas do Acre. Um dos resultados dessa cobertura foi a citação da CPI-Acre em notícias locais e em portais de relevância nacional, como a Amazônia Real ;
- Fortalecimento da presença e protagonismo feminino nos produtos de comunicação, dando voz as lideranças femininas, jovens, mulheres, artesãs, em conteúdos de vídeo, podcast e texto;
- Juventude indígena engajada nos temas e discussões sobre clima e adaptação climática, realizando a documentação dos principais impactos nas comunidades;
- Na Semana Chico Mendes, a comunicadora Samsara Nukini recebeu o Prêmio Chico Mendes de Resistência 2024, na categoria Jovem Liderança;
- Rede de Comunicadores Indígenas realizando cobertura do Acampamento Terra Livre 2024;
- Jovens comunicadores indígenas em eventos e formações com instituições parceiras, como no G20 Social e no Encontro Nacional das Juventudes, Comunicação e Participação, por meio da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (RENAJOC);
- Produção de vídeo de divulgação sobre monitoramento da biodiversidade na TI Nawa destaca o trabalho de proteção territorial do povo Nawa.



Gravação do podcast Vozes da Floresta no estúdio da UFAC (foto: Ila Verus)



Comunicador Uhnepa Nukini no G20 Social

Oficina de criação audiovisual, realizada pela Uranium Filmes em parceria com a CPI-Acre (foto: Ila Verus)



Samsara Nukini recebeu o Prêmio Chico Mendes de Resistência 2024, na categoria Jovem Liderança. (foto: Comitê Chico Mendes)

3 PROTEÇÃO TERRITORIAL



Planejamento da abertura das picadas na TI Arara do Rio Amônia (foto: Davi Polare)

“O monitoramento em nossa terra indígena é feito por um grupo juntamente com o coordenador responsável por esse trabalho. Quando a gente vai fazer o monitoramento, a gente organiza as equipes e os materiais necessários. A gente monitora invasão de caçadores, retirada de açaí e invasão de fazendeiros. Antes o monitoramento que o povo fazia, era muita dificuldade que tinha; não tinha nenhum tipo de apoio, eles iam por conta própria mesmo, e muitas vezes demorava bastante tempo, de duas a três semanas, por que não existia nenhum tipo de tecnologia para facilitar e quando encontrava algum sinal de invasão, não tinha como registrar, não tinha como fazer uma denúncia para os órgãos responsáveis.

Agora mudou bastante, porque a gente tem tecnologias, e já sei um pouco como fazer a denúncia e como registrar com os aplicativos. A gente tem notebook, drone, celular, então facilitou bastante desde os antepassados para hoje. No passado, o povo não tinha esse estudo, não tinha tecnologia, então eles fizeram monitoramento só através do mapa mental, que sabiam pela memória onde tinham os barreiros, onde fizeram os caminhos e as colocações. Com a tecnologia a gente está mapeando todas as colocações, os barreiros, os igarapés, gravando trilhas dos ramais, tirando fotos. Por exemplo, se a gente se perder ou se acontecer alguma coisa com a gente, a gente já vai ter os pontos de toda a colocação, todos os igarapés e vai facilitar bastante para a gente chegar onde a gente quer.”

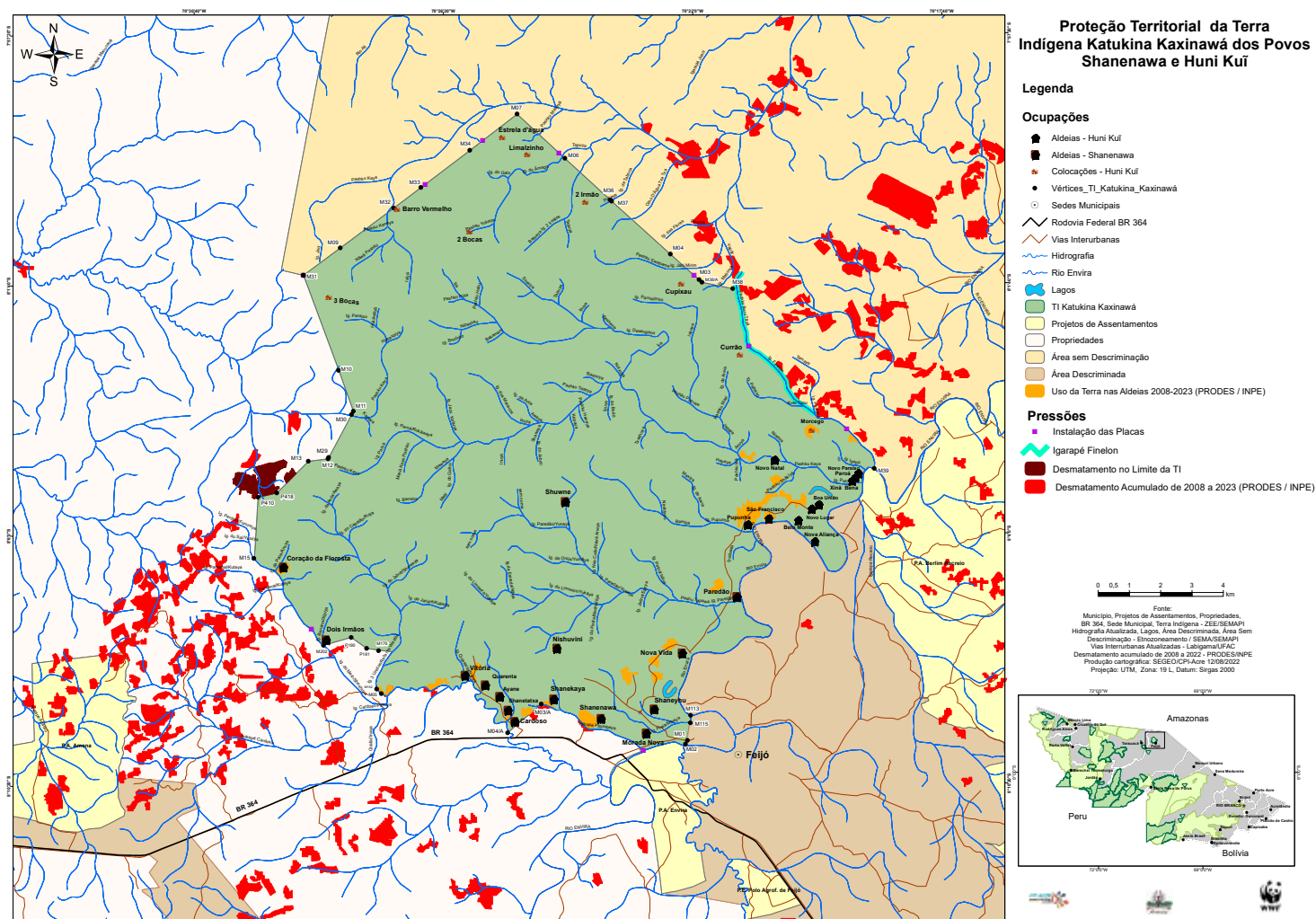
Geniel Fernandes Barbosa Kaxinawá, aldeia Xinã Bena, Terra Indígena Katukina/Kaxinawá



Base da trilha de monitoramento da TI Nawa (foto: Raiene Almada)

A Proteção Territorial faz parte dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas (TIs). Os PGTAs são instrumentos para a reflexão e para a ação em vigilância comunitária, monitoramento e a incidência política para combater as ameaças e invasões em territórios indígenas. As ameaças vêm da aproximação com cidades, ramais e estradas, entorno de fazendas, assentamentos, projetos de infraestrutura etc., agravados pela baixa capacidade fiscalização do poder público. Elas envolvem retirada de madeira, caça e pesca ilegais, abertura de campos, de roçados e até mesmo desmatamento. O monitoramento dos indígenas em isolamento voluntário também é foco desta linha de ação, que é transversal aos programas e setores da CPI-Acre.

Entre os desafios para a proteção dos territórios indígenas, destacam-se: a melhoria da incorporação das técnicas aprendidas na rotina dos monitores indígenas; a divulgação e o retorno aos monitores a respeito de informações do sensoriamento e monitoramento remoto (desmatamento e queimadas); o uso correto e responsável dos equipamentos tecnológicos e das internet doadas; sensibilização crescente dos vizinhos do entorno para alianças e articulação concretas para a proteção dos territórios; ampliação do dinamismo para os retornos dos monitores indígenas para suas comunidades, como multiplicadores, de fato acontecer, e ser potencializado; mudanças climáticas – alagações e secas extremas – e suas interferências nas vidas dos indígenas e suas rotinas de trabalho; constatação de novos tipos de invasões: roubos, saques, drones estranhos, além da presença crescente de ilícitos nas comunidades indígenas.



Mapa de Proteção Territorial da TI Katukina/Kaxinawá

Números



MAPAS PRODUZIDOS PARA TRABALHOS DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO

12 mapas temáticos de 7 TIs, atualizados e distribuídos.



FORMAÇÃO EM MONITORAMENTO

3 oficinas de Proteção Territorial e Monitoramento para equipes indígenas de 4 terras indígenas e 1 Resex, sendo 1 delas com grande foco na gestão integrada.

72 indígenas de 3 povos e 3 comunitários da Resex Alto Tarauacá ampliaram conhecimentos quanto ao uso de tecnologias para atividade de monitoramento e vigilância, sendo 36 jovens (50%) e **21 mulheres (29%)**.



ASSESSORIA EM GEOTECNOLOGIAS

1 assessoria em geotecnologias para proteção territorial, com intercâmbio entre 2 povos indígenas.



MONITORAMENTO TERRITORIAL

18 expedições de monitoramento, conduzidas por 9 equipes em 7 TIs e 3 atividades de reavivamento de limites de 3 TIs.

4 destas expedições tiveram interação com moradores do entorno.



REGISTROS DE AMEAÇAS E DE INDÍGENAS EM ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

9 registros de ameaças, sendo 4 de invasão para caça; 1 invasão de pesca; 1 invasão de pasto por fazendeiro; 2 registros de potencial de invasão de pasto próximo a limite de TIs.

3 casos de objetos voadores não identificados, possivelmente drones desconhecidos, voando em aldeias à noite.

12 registros da presença de indígenas isolados.

3 casos de assaltos e saques em moradias indígenas.



REUNIÕES EM TERRAS INDÍGENAS

7 reuniões sobre proteção territorial e monitoramento em 6 TIs.

Impactos

- Formação de indígenas com transferência tecnológica ampliando seus conhecimentos para atuação mais eficaz em suas estratégias de monitoramento e proteção de suas terras indígenas;
- Presença de mediador indígena na formação em geotecnologias no CFPF;
- Consultoria indígena para apoio ao reativamento de limites na TI Arara do Igarapé Humaitá;
- Melhoria na qualidade dos registros realizados para fins de documentação e incidência para proteção territorial das TIs;
- Boa qualidade de registros e uso correto de aplicativos de georreferenciamento ajudaram o povo Nukini na elaboração de carta, com apoio da CPI-Acre, sobre desmatamentos não autorizados na TI Nukini;
- Amplo banco de imagens e documentação da fauna local da TI Nawa são captados pelo monitoramento da biodiversidade, que é realizado também com apoio do ICMBio;
- Melhoria na organização das equipes indígenas para as atividades de monitoramento territorial;
- Intercâmbio entre povos Nawa e Nukini durante expedição de monitoramento territorial na área de autodemarcação Nawa fortaleceu a união entre estes povos e propiciou trocas de experiências e saberes;
- Aprofundamento da formação durante expedições de vigilância (formação em serviço);
- Aumento na sensibilização de moradores do entorno das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá e Alto Rio Purus.



Expedição na TI Nawa (foto: Railson Nawa)



Oficina de Monitoramento de Gestão Integrada (foto: Ila Verus)



Oficina de Geotecnologias para Proteção Territorial na TI Arara do Igarapé Humaitá, aldeia Foz do Nilo. (foto: Instituto Catitu)



Equipe de monitores do povo Manxineru, TI Mamoadate (foto: MAPPHA)

A FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS



Cinco mulheres participam da Formação de AAFIs (foto: Ila Verus)

“Sou Agente Agroflorestal e tive a oportunidade de me tornar consultor pela CPI-Acre. Como consultor tive responsabilidade e a meta de compreender as tecnologias com as quais os brancos estão trabalhando. É uma responsabilidade trabalhar nas Terras Indígenas temas como segurança alimentar, preservação do meio ambiente e acesso a água. Indo aos territórios eu posso ver como estão as famílias, as aldeias, o que estão fazendo para enfrentar esses desafios. Como consultor quero agradecer a imensa confiança da CPI-Acre em nosso trabalho. Agora os Agentes Agroflorestais Indígenas, que são técnicos, estão podendo mostrar a sua responsabilidade como consultores. Assim nós podemos ouvir nossos parentes indígenas e trazer as suas demandas. Esse é o nosso trabalho, esse é o nosso desafio.”

Renildo Kaxinawá Pereira Ninawa, AAFI da Nova Aldeia, Terra Indígena Igarapé do Caucho

A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) é a base para a realização do trabalho de gestão territorial e ambiental em TI. A partir da formação são realizadas diversas atividades com e nas comunidades, em especial a segurança alimentar, incluindo o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), manejo de resíduos sólidos, vigilância dos territórios, organização comunitária, entre outras. Desde 2019 é crescente o número de AAFI sendo contratados pela CPI-Acre como consultores indígenas, e também tem sido ampliado o número de mulheres em formação.

Entre os principais desafios está o de garantir apoio para a formação regular e dar conta da formação de todos os AAFI do Acre, bem como continuar apoiando a AMAAIAC pelo reconhecimento e remuneração dos AAFI.

Além disso, torna-se cada vez mais necessário incluir o acesso a água potável, segurança alimentar e renda, formação de novos AAFI, uma vez que os mais experientes estão cada vez mais buscando outros trabalhos. Muito tem se discutido sobre o tema do controle de pragas nos plantios agroflorestais e roçados, a partir do intercâmbio entre saberes e experiências, integrando-o aos cursos, oficinas e viagens de assessoria.

Por fim, é fundamental reforçar a importância e legitimidade do uso dos diários de trabalho dos AAFI e manter a sistematização das informações neles registradas, como fonte de indicadores para a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).



Oficina de Gestão Territorial e Ambiental da TI Alto Rio Purus (foto: Leandro Corrêa)



AAFI's contratados como consultores indígenas visitam aldeias.



Mulheres Huni Kuĩ na oficina de gestão ambiental no Jordão (foto: CPI-Acre)

Números



CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS

5 mulheres na formação.

10 AAFI em estágio de monografia.

24 AAFIS em estágio inicial e intermediário de formação.



AAFIS FORMADOS

6 AAFIs com diploma em nível médio técnico-profissionalizante.



OFICINAS

1 oficina de Gestão Territorial e Ambiental na TI Alto Rio Purus com 22 AAFIs participantes, sendo **5 mulheres da TI Alto Rio Purus.**



OFICINAS

10 assessorias técnicas nas TIs: Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal da Independência; Nawa; Nukini; Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu; Campinas/Katukina; Arara do Igarapé Humaitá; Kaxinawá da Praia do Carapanã; Alto Rio Purus.



AAFIS ASSESSORADOS EM TERRA INDÍGENA

49 AAFIs foram assessorados em 8 viagens de assessoria a 9 TIs: Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Jordão, Kaxinawá do Seringal da Independência; Campinas/Katukina; Nawa; Nukini; Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu; Arara do Igarapé Humaitá e TI Kaxinawá da Praia do Carapanã.



INTERCÂMBIO

15 AAFIs participando de intercâmbios em TIs no Acre e na TI Caititu, em Rondônia.



AAFIS CONTRATADOS COMO CONSULTOR INDÍGENA

10 consultores indígenas.

Impactos

- **Ampliação da participação de mulheres na gestão ambiental** e territorial através do aumento do número de mulheres indígenas em cursos de Formação e Oficinas;
- Ampliação de redes e trocas de saberes com a participação dos AAFI do Acre no intercâmbio promovido pela Associação dos Produtores Indígenas da TI Caititu (APITC), em Lábrea (Amazonas), para a troca de sementes, experiências de plantios agroflorestal e medicina da floresta e espiritualidade indígena;
- Abordagem inovadora para a conservação da biodiversidade pela troca de experiência entre AAFI, assessores do PGTA e a CPI-Acre, bem como professores e técnicos, promovem uma síntese entre conhecimentos indígenas e não indígenas (tradicionais e científico);
- Integração de tecnologias de monitoramento territorial no cotidiano das TIs: a incorporação de geotecnologias e metodologias participativas no monitoramento de plantios agroflorestais, pressões e ameaças do entorno das TIs, entre outros eixos de monitoramento, fortalecem o protagonismo indígena na proteção de seus territórios e dos recursos naturais;
- Diversificação das estratégias de segurança alimentar e geração de renda: a formação dos AAFIs contribui diretamente para a ampliação da produção agroflorestal, promovendo a canalização de produtos oriundos de plantios agroflorestais e roçados para a merenda escolar;
- AAFI atuando como consultores indígenas fortalece os laços intergeracionais e entre povos e TIs, possibilitando que os AAFIs formados participem da formação e assessoria a novas gerações de AAFIs, criando um ciclo de aprendizagem e transmissão de conhecimento.



Curso de Formação de AAFIs no CFPF (fotos: Ila Verus)



José Roberto Fernandes Kaxinawá, AAFI da
TI Alto Rio Purus. (foto: Ila Verus)

SEGURANÇA ALIMENTAR



Produção de mudas na TI Alto Rio Purus.
Foto: Sandro Domingos Kaxinawá

“Perdi meu roçado chamado Projeto RECA. Lá tinha macaxeira, banana, manga, abacate, açaí, entre outras frutas. Ele não ficava na beira do rio Jordão. Mas o Jordão subiu muito e se juntou com o Igarapé Canafista.

O SAF ficava nas margens do Canafista. A alagação levou até as castanheiras grandes do SAF, levou os galinheiros e os patos. A alagação começou na meia noite. Eu, meu genro e outros homens estávamos caçando. A gente se alagou na floresta. Perdemos nossa lanterna. A água vinha até a altura do peito. A única solução é mudar para a terra alta, porque senão, quando tiver alagação, ela vai levar tudo de novo”.

João Sabino Moisés Maná, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

A segurança alimentar é uma área com atividades direcionadas a apoiar o aumento contínuo da diversidade e quantidade de alimentos localmente produzidos pelas comunidades indígenas, baseado em conhecimentos indígenas em diálogo com outros saberes e nos princípios da agroecologia. Primeiro, realiza-se o apoio direto à produção sustentável de alimentos nos territórios, por meio da disponibilização de ferramentas, sementes e assessoria técnica aos AAFIs na gestão de seus plantios. Mas também há incidência política, principalmente junto aos órgãos de governo responsáveis pela compra direta de alimentos. A participação na Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Acre (CATRAPOACRE) permite dialogar com as Secretarias Estaduais de Educação (SEE), Agricultura (SEAGRI) e dos Povos Indígenas (SEPI), contribuindo com sugestões baseadas na experiência de campo para o aprimoramento de políticas como o PNAE e o PPA, executados em TIs.

Entre os principais desafios enfrentados, destaca-se o apoio e o fortalecimento das organizações indígenas na captação de recursos para ações de segurança alimentar e geração de renda. Também é essencial impulsionar a troca de sementes entre aldeias e entre TIs, promovendo maior autonomia e soberania alimentar com mínima dependência de insumos externos, ao mesmo tempo em que se dissemina a importância da fertilização dos solos por meio da deposição organizada de matéria orgânica. Outro desafio estratégico é produzir mais informações quantitativas e qualitativas sobre o status produtivo e de biodiversidade dos plantios agroflorestais. A emergência climática exige atenção redobrada: torna-se urgente inserir este tema de maneira definitiva nos processos de formação e articulação política, com foco em estratégias de enfrentamento a eventos extremos como secas e alagações. Por fim, é necessário avançar na disponibilização às aldeias de mapas georreferenciados dos plantios agroflorestais, apoiando o planejamento e a gestão territorial indígena.

Mapa dos Plantios Agroflorestais - Aldeia Pão Sagrado - TI Kaxinawá do Rio Jordão



LEGENDA

- Quintal
- SAF



1:10.000
0 80 160 320Km

Sistema de Projeção: UTM - 18S.
Datum: Sertão 2000
Fonte:
Base cartográfica digital: SENSA - 2008
Imagem: PLANET - Outubro/2024
Resolução da Imagem: 10 m
Cartografia: SGEIO / CP-Acre - Janeiro/2025



Nº	Dono(a) do Plantio Agroflorestal	SAF ou Quintal	Área (M²)	Área (Hectare)
1	Devidete Serezo Medeiros Kaxinawá	Quintal	5.715	0,67
2	Francisco das Chagas Macielino Kaxinawá	Quintal	8.618	0,98
3	Adão Sales Paulino Kaxinawá	Quintal	9.905	0,99
4	Eugeniar Medeiros Kaxinawá	Quintal	7.900	0,79
5	Laurodo Alfredo Melo Kaxinawá	Quintal	13.553	1,36
6	Vagner Paulo Serezo Kaxinawá	Quintal	4.536	0,45
7	Rocildo Barbosa Melo Kaxinawá	Quintal	8.040	0,80
8	Hudson Serezo Medeiros Kaxinawá	Quintal	16.440	1,64

Nº	Dono(a) do Plantio Agroflorestal	SAF ou Quintal	Área (M²)	Área (Hectare)
9	Rocildo Barbosa Melo Kaxinawá	Quintal	8.040	0,80
10	Edmar Medeiros Kaxinawá	Quintal	23.662	2,36
11	João Serezo Kaxinawá	Quintal	30.309	3,03
12	Márcio Serezo Medeiros Kaxinawá	Quintal	19.311	1,93
13	Fábio Serezo Medeiros Kaxinawá	Quintal	8.054	0,81
14	Jaqueline Serezo Medeiros Kaxinawá	Quintal	27.852	2,78
15	Hudson Serezo Medeiros Kaxinawá	Quintal	40.081	4,01
16	Hudson Serezo Medeiros Kaxinawá	SAF	3.540	0,35
Total			229.375	22,9

Realização:



Apoio:



Apoio:



Mapa de plantios Agroflorestais- Aldeia Pão Sagrado -TI do Rio Jordão



Números



DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

65kg

de sementes de Castanha-do-Brasil foram distribuídas para 6 TIs: Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência; Arara do Igarapé Humaitá; Nawa e Nukini.

110

pacotes de sementes de hortaliças distribuídos nas TIs: Nawa, Nukini e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.



GALINHEIROS IMPLEMENTADOS

28

galinheiros geridos por mulheres indígenas, sendo 20 nas três TIs do Rio Jordão, 01 na TI Nawa, 04 na TI Nukini e 03 na TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.



CACIMBAS MONITORADAS

40

oficina de Gestão Territorial e Ambiental na TI Alto Rio Purus com 22 AAFIs participantes, sendo 5 mulheres da TI Alto Rio Purus.



SISTEMAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA

8

novos sistemas de captação de água de chuva nas TIs: Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência.



TROCAS DE SEMENTES

1

intercâmbio entre TIs do Acre e a Terra Indígena Caititu/Amazonas.



DISTRIBUIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA SAFS, HORTAS E VIVEIROS

1

distribuição de kits para mulheres da TI Jaminawa/Arara do Rio Bagé.

5

comunidades da RESEX Alto Juruá contempladas com ferramentas. Ação realizada em articulação com lideranças da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé resultou no fortalecimento de ações de gestão integrada e da AJARB.



REUNIÕES

3

reuniões para discutir participação dos AAFIs, via AMAAIAC, na execução do PNAE/PPA Indígena.

1

reunião da SEAGRI, SEPI e CATRAPOACRE para acompanhamento da implementação do PPA Indígena.

OFICINA "FORTALECENDO EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO"

21

indígenas com apropriação do funcionamento de políticas públicas de compra direta de alimentos, **sendo 5 mulheres indígenas.**



MONITORAMENTO DE AGROFLORESTA

233

plantios agroflorestais medidos com geotecnologias em 41 aldeias de 6 Terras Indígenas: Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Humaitá.



EXTENSÃO DE ÁREAS MEDIDAS NO MONITORAMENTO DE AGROFLORESTA

196

hectares de 41 aldeias de 5 TIs.



Impactos

- Reconhecimento e valorização dos sistemas agroflorestais indígenas como política e meio para o alcance da soberania alimentar e para o enfrentamento da crise climática: o monitoramento sistemático dos plantios cria evidências concretas que podem subsidiar políticas públicas diferenciadas voltadas à produção indígena;
- Troca de sementes e fortalecimento das práticas agroecológicas indígenas, garantindo a manutenção da diversidade agrícola tradicional;
- Monitoramento e comunicação constante com AAFIs sobre as iniciativas de criação de animais para fortalecer a produção de proteína animal, complementando ações para a segurança alimentar;
- Maior incidência em políticas públicas de compra direta de alimentos através da participação na CATRAPOACRE: acompanhamento da implementação do PNAE e do PAA estadual em TIs;
- Apoio aos AAFIs e lideranças que vêm realizando ações concretas para a adaptação às mudanças climáticas. A CPI-Acre tem acompanhado a realocação de roçados, plantios agroflorestais e áreas de moradia para as terras altas em TIs, a exemplo das TIs Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão. Neste sentido, vem trabalhando em conjunto com os indígenas para mapear as áreas de produção agroflorestal, bem como as áreas impactadas pelas alagações e finalmente as novas áreas para onde as aldeias estão se realocando;
- Incremento na implementação de tecnologias sociais para captação e gestão da água;
- Fortalecimento do intercâmbio entre TIs e Resex, promovendo trocas de conhecimento e estratégias de adaptação às mudanças climáticas;
- **Valorização do papel das mulheres na produção e transmissão de saberes alimentares tradicionais**, promovendo maior autonomia e fortalecimento das redes de economia solidária.



AAFI Neurides Manxineru no roçado de macaxeira, TI Mamoadate. (foto: CPI-Acre)



AAFI Edivaldo Mateus com produção de banana da TI Kaxinawá do Rio Humaitá, aldeia São Vicente. (foto: CPI-Acre)



Galinheiro na TI Alto Rio Purus (foto: Sandro Domingos. (foto: CPI-Acre)



Produção de alimentos na TI Nukini. (foto: CPI-Acre)



Produção de frutas na TI Katukina/Kaxinawa
(foto: Rodolfo Shanenawa)



Alimentação da TI Poyanawa (foto: Marcondes Poyanawa)



Sistema de captação da água da chuva e cacimba na TI Katukina/Kaxinawa



6

GESTÃO TERRITORIAL INTEGRADA



Vista aérea da Terra Indígena Nawa (foto:
Raíene Almada)

“A participação das comunidades vizinhas nas discussões do plano de gestão da nossa Terra Indígena foi importante porque eles são moradores da Reserva Extrativista que estão no entorno da TI. Foi boa a participação deles porque agora conhecem nossos acordos de gestão do nosso território.

Eles contribuíram com as discussões e nós também pudemos conhecer o plano deles, da Resex, como que eles se organizam, como que eles cumprem, e quando eles forem rever com certeza a gente vai acompanhar, da mesma forma, e contribuir com algumas experiências. Além de serem nossos vizinhos, eles contribuem com a proteção dos nossos territórios e com nosso plano de gestão, e por isso chegamos a vários acordos entre nós”

Liderança geral da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé

Em 2024, a CPI-Acre manteve as ações de gestão integrada entre TIs e Reservas Extrativistas (Resex), promovendo oficinas que fortalecem o diálogo e a cooperação entre indígenas e comunidades tradicionais (ver seção 3. Proteção Territorial). Essa articulação consolida um corredor socioambiental que se estende até as fronteiras com o Peru e uma gestão que visa não apenas conservar a floresta e os conhecimentos tradicionais, mas também fortalecer alianças históricas, como a Aliança dos Povos da Floresta, em resposta aos desafios impostos pelas crises política, social e climática.

Um tema central na gestão territorial tem sido a adaptação às mudanças climáticas, com foco em estratégias para enfrentar eventos extremos, como secas e alagações, que afetam diretamente aldeias indígenas e as comunidades de Resex. A articulação entre povos indígenas, extrativistas e organizações civis tem se consolidado como uma resposta eficaz para mitigar desigualdades sociais e ambientais, valorizando saberes tradicionais e ampliando o engajamento comunitário em defesa dos territórios.

Os principais objetivos da estratégia são garantir a preservação ambiental, a sustentabilidade e os direitos das comunidades locais. Entre os desafios, destacam-se: harmonizar o uso dos recursos naturais em benefício das comunidades indígenas e extrativistas; aumentar a participação das TIs no diálogo sobre a importância da proteção territorial e da utilização sustentável dos recursos naturais; integrar e implementar os planos de gestão territorial e ambiental e os de gestão integrada; lidar com a visão tecnicista e conservacionista do ICMBio e com a baixa representatividade comunitária das Resexs nos conselhos deliberativos e nas associações das Resexs. Finalmente, é necessário reforçar o diálogo entre TIs e Resex, consolidando espaços de governança compartilhada para a proteção dos territórios e a promoção de uma economia sustentável.

Números



- 7** oficinas de gestão territorial integrada para validação do plano de ação da RESEX Alto Juruá e Alto Tarauacá com **7** TIs do entorno, com a participação de **53 lideranças indígenas**, sendo **14 mulheres indígenas e extrativistas**.
- 1** oficina de atualização do PGTA da TI Jaminawa Arara do Rio Bagé, com participação de 10 comunitários da RESEX Alto Juruá, sendo **5 mulheres extrativistas**.



- 4** reuniões com representantes de comunidades da Reserva Extrativista Alto Juruá com a AKARIB sobre agroecologia, segurança alimentar e implementação de quintais agroflorestais.
- 2** reuniões entre indígenas das TIs Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e comunitários da Resex Alto Tarauacá sobre possibilidades de trabalhos conjuntos com consultoria indígena nesta comunidade.
- 1** reunião entre indígenas da TI Kaxinawá do Rio Humaitá e ribeirinhos do rio Muru.



- 2** reuniões da Comissão Transfronteiriça, para análises e atualização das estratégias de proteção dos territórios indígenas frente às ameaças referentes à construção de estradas.



Reunião da Comissão Transfronteiriça, aldeia Apiwtxa, TI Kampa do Rio Amonea (foto: Malu Ochoa)

Impactos

- Avanço nos acordos de gestão integrada entre indígenas e extrativistas e ações sendo implementadas;
- Fortalecimento da articulação entre povos indígenas e populações extrativistas para a implementação de Planos de Gestão Integrada;
- Comissão Transfronteiriça fortalecida com participação das organizações indígenas do Ucayali- Peru e Acre- Brasil.



Oficina de Validação do Planejamento de Ações do Plano de Gestão Integrada da RESEX Alto Juruá (foto: Felipe Araújo)



Oficina de Gestão Integrada na comunidade Alagoas, Resex Alto Tarauacá (foto: Felipe Araújo)



Oficina de Validação do Planejamento de Ações do Plano de Gestão Integrada, RESEX Alto Tarauacá (fotos: Felipe Araújo)



CLIMA



Secas dos rios do Acre tem afetado as comunidades que vivem na floresta (foto: Ila Verus)

“Hoje, levanto minha voz como juventude e como mulher indígena, representando os meus ancestrais, aqueles que por gerações cuidaram da Terra com respeito e sabedoria. Não falamos de meio ambiente apenas como um tema, pois a Terra é nossa mãe, e seu bem-estar é inseparável dos nossos corpos. Vivemos tempos de mudanças climáticas intensas, uma crise criada pela exploração desenfreada dos recursos naturais. Sentimos na pele os efeitos das queimadas, do desmatamento e da poluição. Nossas crianças estão adoecendo, nossos anciões também. Nossa espiritualidade depende dos nossos territórios. Nós, povos indígenas, estamos aqui, como sempre estivemos, para cuidar da Terra e contribuir com soluções para as crises que enfrentamos. No entanto, é necessário que os responsáveis pelas grandes destruições também sejam chamados a prestar contas. Aqueles que destroem florestas, poluem nossos rios e modificam o clima para o lucro, precisam ser responsabilizados”

Samsara Nukini – comunicadora e bolsista da CPI-Acre, TI Nukini

As mudanças climáticas estão modificando a realidade dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no Acre. A cada ano os impactos se tornam mais severos, provocando grandes inundações, secas extremas, aumento de temperatura, escassez de peixes e intensificação das queimadas.

Frente a essa situação, a CPI-Acre, em parceria com associações indígenas e organizações socioambientais, tem desempenhado um papel fundamental na qualificação de informações, fortalecimento de lideranças e incidência política, favorecendo que as vozes das comunidades sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas ambientais. No âmbito da governança do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA), a CPI-Acre tem participação ativa, sendo membro consultivo da Câmara Temática Indígena (CTI) e da Câmara Temática de Mulheres (CTM), além de apoiar e fortalecer a participação indígena nessas instâncias de escuta e tomada de decisão. Apesar desses esforços, persistem desafios como a baixa participação indígena na governança do SISA, a repartição justa de benefícios, além da formulação de programas que não garantem a sustentabilidade das iniciativas a longo prazo. Tudo isso evidencia a urgência de políticas mais estruturantes e a necessidade de justiça climática.

O fortalecimento da participação indígena e o acesso equitativo aos recursos financeiros são passos fundamentais para garantir que a governança climática seja inclusiva e eficaz. A CPI-Acre segue comprometida em fortalecer a participação dos povos indígenas nesse debate, garantindo que suas demandas, conhecimentos e práticas sejam reconhecidos, respeitados e incorporados às políticas ambientais.

Números



PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 1** participação de jovens da Rede de Comunicadores Indígenas na audiência pública "Crise Hídrica no Acre: entre a seca extrema e inundações devastadoras", em Rio Branco, promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, incluindo uma participação da Samsara Nukini na mesa.



PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM ESPAÇOS DE GOVERNANÇA

- 5** reuniões ordinárias do SISA.
- 2** atividades formativas, no âmbito do SISA, fortalecendo a participação indígena na formulação e execução de políticas ambientais no Acre.
- 1** reunião da sociedade civil do Sisa e Funai, para propostas e recomendações sobre o funcionamento da CEVA e Câmaras Temáticas.
- 1** participação da reunião do CG PNGATI.
- 1** apoio a mobilização de lideranças indígenas para o Fórum Participativo para Atualização da Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa de Incentivo a Serviços Ambientais – ISA Carbono.



REUNIÕES NOS TERRITÓRIOS

- 9** reuniões comunitárias sobre clima e salvaguardas socioambientais nas TIs Rio Jordão, Baixo Jordão, Kaxinawa do Rio Humaitá, Katukina/Kaxinawá, Mamoadate, Nawa, Nukini e Resex Riozinho da Liberdade.



DOCUMENTOS

- 1** informe das ações emergenciais em Terras Indígenas "Enchentes no Acre".

Impactos

- Fortalecimento da participação indígena nos espaços de escuta e decisão, garantindo que as discussões sobre políticas públicas, legislações ambientais, clima e direitos territoriais alcancem as comunidades de forma mais acessível e eficaz;
- **Jovens comunicadores indígenas, especialmente mulheres**, em eventos e formações, como a Formação Cuida! Incidência Amazônida pelo Clima, da Vozes pela Ação Climática Justa (VAC) no Brasil e participação na Conferência Climática Regional de Juventudes Latino-americanas (RCOY 2024);
- Promoção de diálogo e esclarecimento sobre a implementação de políticas ambientais e seus impactos nos territórios;
- Monitoramento no cumprimento das salvaguardas socioambientais, por meio de reuniões nos territórios, garantindo que as comunidades tenham informações e formações para acompanhar e cobrar a implementação de políticas ambientais eficazes.



Samsara Nukini na mesa da audiência pública "Crise Hídrica no Acre: entre a seca extrema e inundações devastadoras", em Rio Branco. (foto: Ila Verus)



Reunião Ampliada do SISA (Foto: Alda Ferreira)



Reuniões comunitárias sobre clima e salvaguardas socioambientais na RESEX Riozinho da Liberdade e na TI Katukina/Kaxinawa (fotos: CPI-Acre)



INCIDÊNCIA POLÍTICA



Marcha do Acampamento Terra Livre 2024
(foto: Ila verus)

"Queremos cuidar, fortalecer e valorizar nosso trabalho, garantindo sua continuidade, pois essa é uma preocupação para nós, Agentes Agroflorestais indígenas. Buscamos o reconhecimento da nossa categoria ao lado dos técnicos que nos apoiam, contribuindo com a gestão territorial das nossas comunidades. Nosso compromisso é manter a floresta em pé, preservando nosso território e fortalecendo nosso povo."

Josias Maná - AAFI, TI Kaxinawá do Rio Jordão

A CPI-Acre tem como objetivo fortalecer a ação política de lideranças, coletivos e organizações indígenas, ampliando sua participação ativa no debate, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que impactam seus territórios e modos de vida.

O processo de formação e mobilização indígena para o fortalecimento de capacidades na defesa e efetivação de direitos é essencial para consolidar e visibilizar a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas. Essa atuação estratégica contribui diretamente para a garantia dos territórios, valorização das identidades culturais e fortalecimento da governança indígena, gerando impactos concretos tanto nas agendas públicas quanto nas iniciativas realizadas pelos próprios povos em suas terras.

No entanto, a implementação e a continuidade dessa incidência política enfrentam desafios significativos, como a limitação de recursos para formação política, comunicação estratégica e mobilização de lideranças dificulta a consolidação de uma agenda contínua e autônoma.

Ademais, o contexto político e institucional muitas vezes impõe barreiras para a efetiva participação dos povos indígenas nos espaços de decisão, seja pela burocracia excessiva, pela falta de canais de diálogo acessíveis ou pela instabilidade política e normativa.



: Audiência Pública com o MPF na Terra Indígena Nukini (foto: CPI-Acre)

Números



AGENDA INTERINSTITUCIONAL

4 reuniões interinstitucionais em Brasília, apoiada pela CPI-Acre, SOS Amazônia e Comitê Chico Mendes.

2 reuniões de lideranças indígenas com representantes das organizações Bezos Earth Fund e ONG Manos Unidas.

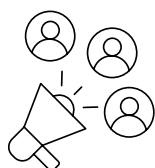
4 participações em eventos: Oficina Técnica sobre Salvaguardas Socioambientais, em Brasília; 3º Reunião do Comitê Gestor da PNGATI; Seminário "Diálogo pela Vida: Garantindo direitos e segurança alimentar para os povos indígenas do Acre" da Comissão da Amazônia e Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, realizada em Cruzeiro do Sul e 3º Encontro da Conexão Cipó.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CONFERÊNCIAS

1 audiência pública no Senado Federal sobre "Políticas de Clima".

2 participações da equipe da CPI-Acre na 16ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica.

MOBILIZAÇÃO E APOIO



10 indígenas, sendo **06 mulheres**, foram apoiados para participar do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília.

1 mobilização local contra o Marco Temporal – liderada pela SITOAKORE, realizada em Rio Branco.

2 TIs - Kaxinawá da Praia do Carapanã e Colônia 27 - com projeto piloto de mapeamento e listagem das artesãs e artesãos para cadastro no SICAB (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro), ao qual dá direito a Carteira Nacional do Artesão.



ENCONTROS E INTERCÂMBIOS

14 organizações da Amazônia brasileira no CFPF para participar do III Intercâmbio de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade, promovido pela Rede de Cooperação Amazônica, em parceria com a CPI-Acre, OPIAC, AMAAIAC e IEPÉ.

3 participações no Seminário Diálogos do Plano Nacional da Sociobioeconomia, em Manaus, sendo 01 AAFI, **01 mulher indígena** e 01 assessor técnico da CPI-Acre.

APOIO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, CARTAS E NOTAS



3 apoios para elaboração de cartas e documentos - Carta Pública - "Nosso Marco é Ancestral" Povos Indígenas do Acre Mobilizados Contra a PEC da Morte; Documento-síntese sobre a ACP Ramal do Barbary e Carta aberta à FUNAI enviada pela MAPPHA.

Números



ACOMPANHAMENTO DE RECURSOS PROCESSUAIS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1 audiência pública com o MPF sobre as reivindicações territoriais do povo Nukini.

1 termo de Ajustamento de Conduta - MPF, Comunidade indígena da TI Campinas Katukina e Transmissora Acre SPE S.A

1 itinerante na TI Nawa, no âmbito do projeto "Territórios de Tradição e Direitos", desenvolvido pela Defensoria Pública da União (DPU).

2 petições acatadas pelo MPF quanto à necessidade de oitiva dos líderes indígenas em juízo, na Ação Civil Pública do Ramal do Barbary.

1 audiência de conciliação realizada com todas as partes interessadas da Ação Civil Pública do Ramal do Barbary.



Indígenas do Acre no ATL 2024. (foto: Ila Verus)



3º Encontro da Conexão Cipó no CFPF (foto: Ila Verus)



16º Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica.

- Fortalecimento da atuação das organizações indígenas e extrativistas, e sua inserção em redes estratégicas de apoio e articulação. Esse trabalho tem possibilitado a construção de alianças com órgãos públicos, Ministério Público, organizações da sociedade civil e financiadores nacionais e internacionais, ampliando a capacidade dessas organizações de incidirem politicamente e acessarem mecanismos de defesa e proteção de seus direitos;
- A articulação entre TIs e UCs tem sido um ponto-chave nas discussões sobre governança territorial integrada e políticas de mitigação da crise climática. Além de levarem informações para essas comunidades das RESEXs sobre os projetos de leis que ameaçam os seus territórios;
- A mobilização contra projetos de lei que ameaçam os direitos indígenas, como a PEC 48/2023 (Marco Temporal), tem sido intensificada, levando as comunidades a se organizarem para resistir e se posicionar ativamente. A leitura e publicação da Carta Pública "Nosso Marco é Ancestral" na Assembleia Legislativa do Acre reforça essa incidência;
- O apoio à realização de audiências públicas e à formalização de reivindicações territoriais fortaleceu o reconhecimento institucional das pautas indígenas.



3º Reunião do Comitê Gestor da PNGATI (foto: MPI)

Seminário "Diálogo pela Vida", em Cruzeiro do Sul.



Reuniões interinstitucionais em Brasília. (foto: CPI-Acre)

9

FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS



Oficina de fortalecimento das organizações indígenas no CFPF (foto: Ila Verus)

“A nossa experiência de participação das formações realizadas pela CPI-Acre contribuiu para estarmos mais próximos do nosso presidente e atuantes na nossa associação. Antes, ele estava sozinho nessa responsabilidade. Pensamos estratégias para mobilizar outras pessoas. Cada um membro da diretoria começou a fazer isso a partir da organização dos trabalhos na sua própria comunidade, convidando as famílias a se juntarem a associação. Se para nossa associação ser forte era preciso se planejar, então decidimos entender como cada família via a nossa associação. Fizemos tipo uma pesquisa. Também fomos divulgando o que eram os custos de manutenção e que até então eram assumidos por algumas poucas pessoas. Compartilhamos essas informações e para incentivar a participação, criamos um grupo, que chamamos de Comitê de Gestores, formado por representantes de cada uma das aldeias. Isso estimulou o envolvimento, o trabalho voluntário e a arrecadação de recursos próprios com a contribuição e entrada de mais membros. Conseguimos garantir a sustentabilidade financeira para manutenção da associação, o pagamento dos serviços de contador e apoiar demandas na nossa terra indígena, pois projeto não é sempre que a gente consegue”.

Aldemir Luiz Matheus Kaxinawá, Associação Kaxinawá do Rio Breu.

A formação em gestão institucional e financeira com as associações indígenas parceiras foi ampliada em 2024, promovendo também troca de experiências sobre boas práticas de gestão e governança, combinadas com temas voltados à incidência política. O fortalecimento das organizações tornou-se um componente transversal, integrado de forma prática a diversos programas e setores da CPI-Acre. Esse trabalho inclui apoio financeiro, formação em gestão e assessoria jurídica para associações e coletivos de mulheres indígenas.

Existem significativos desafios para garantir o fortalecimento dessas organizações. A sustentabilidade e a autonomia das organizações na captação de recursos e no funcionamento regular junto aos órgãos fiscais, bem como para a manutenção da gestão institucional, são marcadas por discontinuidades na experiência de muitas associações. No caso das iniciativas de coletivos de mulheres, verifica-se ausência também de apoio público para a existência de espaços próprios nos municípios para exposição e comercialização da arte, artesanato produzido, e que sejam administrados por mulheres indígenas representantes desses coletivos.



Números

PARCERIAS INDÍGENAS

16 Associações indígenas e **6 coletivos de mulheres indígenas** apoiados.

APOIO FINANCEIRO

4 associações apoiadas para o atendimento de demandas internas e execução de pequenos projetos: Associação Huni Kuĩ Raya, Associação Huni Kuĩ do Alto Jordão, AMAAIAC e Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene (MAPPHA).

APOIO JURÍDICO

2 TIs receberam apoio e desenvolvem ações com respostas satisfatórias às pressões e ameaças existentes sobre seus territórios: TI Campinas Katukina e TI Jaminawa Arara do Igarapé Preto.

REGULARIZAÇÃO INSTITUCIONAL

3 iniciativas comunitárias de criação de associações apoiadas para sua regularização jurídico-administrativa: Associação Huni Kuĩ Raya, Associação Huni Kuĩ do Alto Jordão e Associação Manchineri da Aldeia Peri do Rio Iaco.

ADVOCACY

3 associações indígenas com maior capacidade organizacional e política para a proteção e defesa direitos: AMAAIAC, MAPPHA e Associação Jaminawa-Arara do Rio Bagé (AJARB).

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

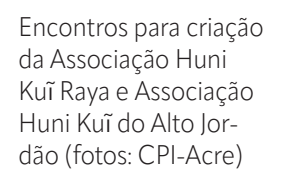
4 associações apoiadas na captação de recursos: Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI), AMAAIAC, MAPPHA e Associação Arara do Rio Amônia.

FORMAÇÃO EM GESTÃO

8 associações e **1 coletivo de mulheres indígenas** ampliando capacidades para gestão organizacional (AJARB, OPIRE, OPIHARP, AMAAIAC, AGPN, ASPARE, AKARIB, ASPIH e Coletivo de mulheres da aldeia Bom Destino, TI Arara do Amônia).

REGISTRO E SALVAGUARDAS CULTURAIS

Apoio a Federação do Povo Huni Kuĩ do Acre (FEPHAC) no desenvolvimento de projetos e ações em parceria com o IPHAN, para o registro do Kene Kuĩ como Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial.



Impactos

- O financiamento direto a pequenos projetos do **Coletivos Mulheres Indígenas** e associações locais, como um recurso de “exercício da formação” tem se mostrado muito satisfatório. Essa experiência tem sido bem-sucedida, especialmente por estar acompanhada da oferta de formação para a gestão financeira e administrativa. O acesso a recursos, por si só, não garante o fortalecimento das organizações indígenas. Esse suporte tem permitido a esses grupos, principalmente, ganhar experiência em gestão financeira, além de apoiar a organização e a autonomia das mulheres indígenas.
- Os incentivos que a CPI-Acre promove no âmbito da parceria em projetos têm gerado respostas cada vez mais positivas por parte das comunidades para inclusão das perspectivas e interesses de mulheres e jovens. Esse fortalecimento se manifesta na ampliação da participação desses grupos nos processos decisórios, na ocupação de cargos dentro das associações e na presença em eventos externos de formação.



Oficina de Fortalecimento de Organizações Indígenas no CFPF. (foto: Ila Verus)



Reunião com as organizações do Envira (foto: Gleyson Teixeira)



Coletivo de mulheres em oficina sobre gestão financeiro (foto: Ila Verus)

EXPEDIENTE

Redação

Leilane Marinho, Aldalucia F. C. Santos, Gleyson Teixeira, Branca Medina, Eudenice Pinheiro Ferreira, Julieta Matos Freschi, Felipe Nascimento e Vera Olinda Sena de Paiva.

Edição

Vera Olinda, Leilane Marinho, Maria Emilia Coelho
Arte e diagramação: Selene Fortini – Lumina

Canais e redes da CPI-ACRE



cpiacre.org.br



[@proindigenasacre](https://www.facebook.com/proindigenasacre)



institucional@cpiacre.org.br



Francisco Isael Lopes Kaxinawá, agente agroflorestal indígena da TI Kaxinawá do Rio Humaitá (foto: Ila Verus)



Quem apoia nosso trabalho

